

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	22
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	98
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	99
10.5 - Políticas contábeis críticas	100
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	104
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	105
10.8 - Plano de Negócios	106
10.9 - Outros fatores com influência relevante	107

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e sua controlada utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	766	242
Duplicatas a receber	11.601	7.486
Fornecedores	(401)	(318)
Empréstimos e financiamentos	(10.097)	-
	-----	-----
Total da exposição em Reais	1.869	7.410
	-----	-----
Total da exposição em milhares de	798	3.626
Dólares equivalentes	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Baixa do Dólar	798	(636)	(944)	(1.252)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

B - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

C - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados nas notas explicativas nºs 9 e 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2013 a 2011, não houve resultado com derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando*****a. riscos para os quais se busca proteção*****Risco da Taxa Cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Risco da Taxa de Juros

Temos endividamento com taxas de juros fixas e variáveis e, portanto, estamos expostos ao risco de variações na taxa de juros. O risco referente à taxa de juros significa o impacto nos nossos resultados financeiros resultante de um aumento na taxa de juros na nossa dívida de taxa variável indexada a LIBOR, TJLP e CDI. Com base no nosso endividamento com taxa de juros variáveis um aumento hipotético de 10% nestas taxas teriam um impacto pouco significativo no nosso resultado.

Riscos de Preços de Commodities

Várias de nossas matérias primas são commodities cujos preços variam com as flutuações das forças de mercado de oferta e demanda. Nós compramos grandes quantidades de algodão, poliéster, nylon e látex. Nós também compramos grandes quantidades de produtos químicos: corantes, soda cáustica, peróxido de hidrogênio, e materiais de embalagem incluindo caixas de papelão, embalagens de vinil e plástico. Nós não usamos instrumentos derivativos para proteção contra riscos de preços de commodities. Se os preços destas commodities subirem significativamente no futuro, talvez não possamos repassar todos os custos correspondentes para nossos clientes.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Como estratégia de gerenciamento de riscos de taxa de câmbio e juros, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

Instrumentos de proteção cambial são autorizadas pela Diretoria Executiva e contratados através da tesouraria com acompanhamento das áreas fiscal e contábil, desde que não requeiram o depósito de margens e assegurem rentabilidade nas exportações.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Diretoria é responsável pelo monitoramento e contratação das operações financeiras com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros decorrentes, principalmente, de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de commodities. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia ou quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A supervisão e monitoramento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política são efetuados através de mapa de acompanhamento contendo substancialmente as informações disponíveis no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	103.719	58.689	27.707	6.148	11.175
Fornecedores	16.038	16.038	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	119.757	74.727	27.707	6.148	11.175
	=====	=====	=====	=====	=====

Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	97.169	30.664
Caixa e equivalentes de caixa	(12.857)	(817)
	-----	-----
Total da dívida líquida	84.312	29.847
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	272.420	245.031
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	356.732	274.878
	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1*****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais***

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma sociedade anônima, fundada em 23 de outubro de 1891, por Manoel José de Sousa Moreira, no Arraial de Santana de São João Acima, hoje cidade de Itaúna - MG, iniciando suas operações em 07 de setembro de 1895.

Seu desenvolvimento, desde a constituição, tornou-se uma constante; com investimentos em máquinas, equipamentos e instalações, objetivando sua modernização, maior produção e qualidade de seus produtos.

A Santanense produz tecidos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais, acessórios e equipamentos de proteção individual-EPI, destinados à segurança do trabalho.

A Companhia é controlada indireta da Companhia de Tecidos Norte de Minas ("CTNM") e, portanto, parte de um dos maiores complexos operacionais de produtos têxteis de cama e banho do mundo.

No exercício de 2013, o lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$35,4 milhões, comparado a R\$32,0 milhões em 2012 e R\$24,4 milhões em 2011. O patrimônio líquido no final de 2013 era de R\$272,4 milhões e a Companhia tinha um total de R\$416,9 milhões em ativos. O saldo do endividamento líquido era de R\$84,3 milhões (R\$29,8 milhões em 2012) e representava 20,2% do ativo total (9,2% em 2012).

O quadro abaixo destaca os principais indicadores da Companhia:

	2013	2012	2011
Total da dívida líquida	84,3	29,8	61,3
Patrimônio líquido	272,4	245,0	221,2
	356,7	274,8	282,5
<i>Relação de capital próprio</i>	76%	89%	78%
Total do ativo circulante	209,8	168,0	189,0
Total do passivo circulante	89,4	41,4	96,4
<i>Índice de liquidez corrente</i>	2,35	4,06	1,96
Receita operacional líquida ("RL")	385,1	371,6	370,4
Resultado operacional	48,3	52,3	34,6
<i>Índice de resultado operacional</i>	13%	14%	9%
Depreciação e amortização	12,5	10,7	9,7
EBITDA (resultado operacional mais depreciação)	60,8	63,0	44,3
<i>Índice de EBITDA sobre RL</i>	16%	17%	12%

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

As mutações patrimoniais ocorridas entre 2011 e 2013, em milhares de Reais são resumidas como segue:

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Isenção de imposto de renda	Legal	Retenção de lucro				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	101.921	8.629	6.179	85.365	60	(182)	-	201.972
Resultado abrangente:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.372	24.372
Variação cambial sobre investimentos	-	-	-	-	13	-	-	13
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	-	182	-	182
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	13	182	24.372	24.567
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Destinação do resultado	-	1.217	1.219	16.452	-	-	(18.888)	-
Dividendo prescrito	-	-	-	147	-	-	-	147
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	(5.484)	(5.484)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da distribuição aos acionistas	-	1.217	1.219	16.599	-	-	(24.372)	(5.337)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	101.921	9.846	7.398	101.964	73	-	-	221.202
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
		Isenção de imposto de renda	Legal	Retenção de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	101.921	9.846	7.398	101.964	73	-	221.202
Resultado abrangente:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.024	32.024
Variação cambial sobre investimentos	-	-	-	-	(11)	-	(11)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(11)	32.024	32.013
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:							
Aumento de capital com reservas	23.079	-	-	(23.079)	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	(1.097)	-	-	(1.097)
Destinação do resultado	-	1.567	1.601	21.642	-	(24.810)	-
Dividendo prescrito	-	-	-	127	-	-	127
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	(7.214)	(7.214)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	23.079	1.567	1.601	(2.407)	-	(32.024)	(8.184)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	125.000	11.413	8.999	99.557	62	-	245.031
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
		Isenção de imposto de renda	Legal	Retenção de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	125.000	11.413	8.999	99.557	62	-	245.031
Resultado abrangente:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.381	35.381
Variação cambial de investimentos	-	-	-	-	(4)	-	(4)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(4)	35.381	35.377
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:							
Destinação do resultado	-	1.452	1.769	24.120	-	(27.341)	-
Dividendo prescrito	-	-	-	52	-	-	52
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	(8.040)	(8.040)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	1.452	1.769	24.172	-	(35.381)	(7.988)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	125.000	12.865	10.768	123.729	58	-	272.420
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital social subscrito e realizado é composto por 39.299.130 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D", não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

	Consolidado		
	2013	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	97.169	30.664	66.970
Caixa e equivalentes de caixa	(12.857)	(817)	(5.718)
	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	84.312	29.847	61.252
	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	272.420	245.031	221.202
	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	356.732	274.878	282.454
	=====	=====	=====

b.i. Hipóteses de resgates

Não há previsão estatutária de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

b.ii Fórmula de cálculo do valor de resgate

Se e quando, legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A dívida líquida total da Companhia passou de R\$29,8 milhões em 2012 para R\$84,3 milhões em 2013. Diante desse quadro e do atual cenário macroeconômico, a Administração da Companhia acredita que seu fluxo de caixa operacional é suficiente para honrar seus compromissos financeiros.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia obteve financiamentos em 2013 junto a instituições financeiras para financiar seus investimentos em exportação, modernização e ampliação do seu parque fabril e demanda de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As fontes de financiamentos foram como segue:

	2012	Acréscimos	Reduções	2013
Moeda estrangeira:				
Banco Santander (ACC)	-	10.097	-	10.097
	-----	-----	-----	-----
	-	10.097	-	10.097
Moeda nacional:				
BNDES – capital de giro	5.713	-	(3.804)	1.909
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	1.590	16.210	-	17.800
Banco Santander (NCE)	-	14.604	-	14.604
Banco do Brasil – BNDES Progerem	19.444	-	(2.380)	17.064
Banco Bradesco– Finame	982	-	(140)	842
Banco do Brasil – Finame	2.918	1.652	-	4.570
Banco Santander – Finame	-	16.564	-	16.564
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	17	13.702	-	13.719
	-----	-----	-----	-----
	30.664	62.732	(6.324)	87.072
Total	30.664	72.829	(6.324)	97.169
	=====	=====	=====	=====

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2014, a Companhia não pretende contratar novos financiamentos para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****f.i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A Companhia possui níveis baixos de endividamento. O perfil da dívida com instituições financeiras é como segue:

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2013	2012	2011
Moeda estrangeira:						
Banco Santander	US\$	2,3	2014	10.097	-	-
				-----	-----	-----
				10.097	-	-
Moeda nacional:						
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	1.909	5.713	9.519
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2014	17.800	1.590	12.380
Banco Santander	R\$	TJLP+3,0	2015	14.604	-	-
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP +3,0	2015	17.064	19.444	-
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2020	842	982	1.122
Banco do Brasil – Finame	R\$	4,5 e 5,5	2020	4.570	2.918	3.049
Banco Santander – Finame	R\$	3,5	2023	16.564	-	-
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	120 do CDI	2014	13.719	17	28.318
				-----	-----	-----
				87.072	30.664	66.970
Total				97.169	30.664	66.970
				=====	=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$65.096 (R\$26.764 em 31 de dezembro de 2012).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2014	2015	2016	2017 a 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	10.097	-	-	-	10.097
	-----	-----	-----	-----	-----
	10.097	-	-	-	10.097
Moeda nacional:					
BNDES – capital de giro	1.909	-	-	-	1.909
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	17.800	-	-	-	17.800
Banco Santander	104	14.500	-	-	14.604
Banco do Brasil – BNDES Progerem	10.731	6.333	-	-	17.064
Banco Bradesco – Finame	142	140	140	420	842
Banco do Brasil – Finame	394	610	631	2.935	4.570
Banco Santander – Finame	675	1.833	1.833	12.223	16.564
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	13.719	-	-	-	13.719
	-----	-----	-----	-----	-----
	45.474	23.416	2.604	15.578	87.072
Total					
	55.571	23.416	2.604	15.578	97.169
	=====	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***f.ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras***

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

f.iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação definida entre os passivos da companhia.

f.iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de nova dívida, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há nenhuma restrição imposta ao emissor.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo o comparativo de resultados obtidos nos exercícios de 2011 a 2013:

R\$ milhões	2013	2012	2011	% Var 12-13	% Var 11-12
Receita operacional					
Vendas brutas	480,0	462,0	459,6	3,9%	0,5%
Deduções das vendas	(94,8)	(90,4)	(89,2)	4,9%	1,3%
Receita operacional líquida ("RL")	385,1	371,6	370,4	3,6%	0,3%
Custo dos produtos vendidos	(294,7)	(274,2)	(285,5)	7,5%	(4,0%)
Lucro bruto	90,5	97,4	84,9	(7,1%)	14,7%
Receitas (despesas) operacionais					
De vendas	(32,8)	(30,9)	(29,6)	6,1%	4,4%
Gerais e administrativas	(22,4)	(20,5)	(19,8)	9,3%	3,5%
Outras, líquidas	13,0	6,3	(1,0)	106,3%	-
Resultado operacional	48,3	52,3	34,6	(7,6%)	51,2%
Despesas financeiras – juros e encargos	(4,9)	(5,0)	(7,7)	(2,0%)	(35,1%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(2,8)	(3,5)	(2,1)	(20,0%)	66,7%
Receitas financeiras	3,1	1,0	1,8	210,0%	(44,4%)
Variações cambiais, líquidas	2,6	0,9	1,5	188,9%	(40,0%)
Resultado operacional antes dos impostos	46,3	45,7	28,1	1,3%	62,6%
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(9,9)	(13,3)	(5,2)	(25,6%)	155,8%
Diferido	(1,1)	(0,4)	1,5	175,0%	-
Lucro líquido do exercício	35,4	32,0	24,4	10,6%	31,1%
	=====	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.**Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2013 atingiu R\$385,1 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 3,6% no ano, devido à melhoria dos preços médios na composição dos produtos vendidos.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou uma margem bruta de 23,5% no ano de 2013 e margem bruta de 26,2% em 2012. O preço médio do algodão pelo índice ESALQ no ano de 2012 foi de R\$3,54/kg versus R\$4,48 em 2013, representando um aumento de custo de 26,6%, o que refletiu negativamente nos custos dos produtos vendidos.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo principalmente na rubrica de fretes. As despesas fixas cresceram em linha com os índices de inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de R\$48,3 milhões em 2013, registrando um decréscimo de 7,5% sobre o exercício anterior.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2013 foi uma despesa de R\$2,0 milhões, enquanto que em 2012 foi uma despesa de R\$6,6 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2013	2012
Receitas financeiras	3,1	1,0
Juros e encargos financeiros	(4,9)	(5,0)
Variações cambiais, líquidas	2,6	0,9
Despesas bancárias, descontos	(2,8)	(3,5)
Resultado financeiro	(2,0)	(6,6)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$126,6 milhões em 2012 para R\$120,4 milhões em 2013. O coeficiente de liquidez corrente em 2013 foi de 2,35, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$2,35 em recursos de curto prazo.

Lucro líquido e dividendos

A Santanense registrou neste exercício lucro líquido de R\$35,4 milhões. A Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,2039 por ação ordinária e R\$0,2243 por ação preferencial, no montante de R\$8,0 milhões, 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2012 atingiu R\$371,6 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 0,3% no ano, devido à variação de 6,3% dos volumes produzidos e vendidos e ao decréscimo de 5,6% nos preços médios.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou uma margem bruta de 26,2% no ano de 2012 e margem bruta de 22,9% em 2011. O preço médio do algodão pelo índice ESALQ no ano de 2012 foi de R\$3,54/kg versus R\$5,42 em 2011, representando uma redução de 34,7%, o que refletiu positivamente na redução dos custos dos produtos vendidos. Adicionalmente, em 2012, entrou em operação a ampliação do setor de acabamento na unidade industrial de Itaúna, o que também impactou, positivamente, os índices de produtividade com a consequente melhora nos custos de produção.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo nesse ano devido em parte ao crescimento no volume de vendas com o consequente reflexo nas despesas com fretes. As despesas fixas cresceram em média com os índices de inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O resultado operacional recorrente foi de R\$45,3 milhões em 2012, registrando um acréscimo de 31,0% sobre o exercício anterior.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2012 foi uma despesa de R\$6,6 milhões, enquanto que em 2011 foi uma despesa de R\$6,5 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2012	2011
Receitas financeiras	1,0	1,8
Juros e encargos financeiros	(5,0)	(7,7)
Variações cambiais, líquidas	0,9	1,5
Despesas bancárias, descontos	(3,5)	(2,1)
Resultado financeiro	(6,6)	(6,5)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$92,5 milhões em 2011 para R\$126,6 milhões em 2012. O coeficiente de liquidez corrente em 2012 foi de 4,06, ou seja, para cada

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$4,06 em recursos de curto prazo.

Passivos e ativos financeiros

A dívida líquida em 2012 totalizou R\$29,9 milhões contra R\$61,3 milhões em 2011, representando uma redução de R\$31,4 milhões ou 51,2%. O perfil dos financiamentos em 31 de dezembro de 2012 está demonstrado abaixo:

Vencimento	Total
-----	-----
2013	9,6
2014	11,9
2015	6,9
2016 a 2020	2,3

Total	30,7

Lucro líquido e dividendos

A Santanense registrou neste exercício lucro líquido de R\$32,0 milhões. A Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,18299 por ação ordinária e R\$0,20129 por ação preferencial, no montante de R\$7,2 milhões, 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2011 atingiu R\$370,4 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 17,1% no ano, devido à variação dos volumes produzidos e vendidos de 4,6% e, também, ao crescimento de 22,7% nos preços médios.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou uma margem bruta de 22,9% no ano de 2011 e margem bruta de 25,8% em 2010. Os aumentos de preço do algodão ao longo do ano de 2011 impactaram negativamente as margens da Companhia.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo neste ano devido ao crescimento das vendas, e ao acréscimo nas despesas com fretes e comissões. As despesas fixas, cresceram um pouco acima da inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de R\$34,6 milhões em 2011, registrando um decréscimo de 5,2% sobre o exercício anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisResultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2011 foi uma despesa de R\$6,5 milhões, enquanto que em 2010 foi uma despesa de R\$6,4 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2011	2010
Receitas financeiras	1,8	1,5
Juros e encargos financeiros	(7,7)	(6,0)
Variação cambial, líquidas	1,5	(0,2)
Despesas bancárias, descontos	(2,1)	(1,7)
Resultado financeiro	(6,5)	(6,4)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$95,6 milhões em 2010 para R\$92,5 milhões em 2011. O coeficiente de liquidez corrente em 2011 foi de 2,0, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo a Santanense possui R\$1,96 em recursos de curto prazo.

Passivos e ativos financeiros

A dívida líquida em 2011 totalizou R\$61,3 milhões contra R\$46,2 milhões em 2010, representando um aumento de 32,7%. O perfil dos financiamentos em 31 de dezembro de 2011 era o seguinte:

Vencimento	Total
-----	-----
2012	57,3
2013	4,3
2014	2,4
2015 a 2020	2,9

Total	66,9
	=====

Lucro líquido e dividendos

A Santanense registrou neste exercício lucro líquido de R\$24,4 milhões. A Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,13910 por ação ordinária e R\$0,15302 por ação preferencial, no montante de R\$5,5 milhões, 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2013	2012	2011
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	12.857	817	5.718
Duplicatas a receber	92.014	95.594	93.062
Estoques	87.757	64.848	74.039
Adiantamentos a fornecedores	1.821	377	817
Impostos a recuperar	3.016	1.886	1.855
Imóveis destinados à venda	3.067	2.921	11.790
Outros créditos a receber	9.286	1.583	1.692
	-----	-----	-----
Total do ativo circulante	209.818	168.026	188.973
	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo:			
Créditos e valores a receber	10.200	12	42
Depósitos judiciais	8.849	8.161	8.218
Partes relacionadas	1.392	424	12
Impostos a recuperar	8.907	23.889	20.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.866	6.670	7.067
	-----	-----	-----
	35.214	39.156	36.170
	-----	-----	-----
Outros investimentos	551	551	551
Imobilizado	171.303	117.121	117.276
Intangível	20	20	23
	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante	207.088	156.848	154.020
	-----	-----	-----
Total dos ativos	416.906	324.874	342.993
	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2013	2012	2011
PASSIVOS			
CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	55.571	9.556	57.374
Fornecedores	15.102	11.577	20.843
Obrigações fiscais e sociais	8.005	8.026	8.164
Impostos e taxas	396	615	1.560
Dividendos a pagar	5.963	5.572	4.008
Imposto de renda e contribuição social	224	583	-
Impostos e contribuições parcelados	2.135	823	-
Comissões a pagar	1.875	2.526	2.482
Outras contas a pagar	154	2.128	2.013
	-----	-----	-----
Total do passivo circulante	89.425	41.406	96.444
	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	41.598	21.108	9.596
Partes relacionadas	938	1.095	34
Impostos e contribuições parcelados	3.151	242	851
Provisões diversas	8.943	15.529	14.766
Outras obrigações	431	463	100
	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante	55.061	38.437	25.347
	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital realizado	125.000	125.000	101.921
Reservas de lucros	147.362	119.969	119.208
Ajuste acumulado de conversão	58	62	73
	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	272.420	245.031	221.202
	-----	-----	-----
Total dos passivos e patrimônio líquido	416.906	324.874	342.993
	=====	=====	=====

Duplicatas a receber

Não houve flutuação significativa na conta de duplicatas a receber, como também não houve alterações significativas nos volumes e nos prazos médios de vendas.

Estoques e Adiantamentos a fornecedores

Houve um acréscimo na conta de estoques em 2013 decorrentes, em parte de um maior volume de estoques de matéria-prima e produtos acabados, bem como um aumento nos custos unitários.

Impostos a recuperar de curto e longo prazos

A redução dos saldos de impostos a recuperar em 2013 foi motivada basicamente pela recuperação de créditos de ICMS.

Imóveis destinados à venda

Não houve variação significativa nessa rubrica em 2013. A variação ocorrida em 2012 decorre da venda de imóveis não operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisOutros créditos a receber

Os valores de outros créditos a receber são representados por notas promissórias com vencimento até 2017. Sobre todas as parcelas incidem juros equivalentes aos Certificados de Depósitos Bancários – CDI e possuem garantia hipotecária.

Imobilizado

As inversões realizadas em 2013 somam R\$47,1 milhões e fazem parte do programa de modernização e expansão de nossas unidades fabris.

Empréstimos e financiamentos

O quadro de empréstimos e financiamentos foi detalhado nos itens acima.

Fornecedores

A variação ocorrida em 2013 está relacionada ao aumento nos estoques de matérias-primas. Não houve mudança significativa nas políticas de compras e prazos médios dos fornecedores.

Impostos e contribuições parcelados de curto e longo prazos

A principal variação ocorreu em 2013. A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia entregou contestação administrativa e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais, para pagamento em 36 parcelas mensais.

Provisões diversas

A principal variação em provisões diversas está diretamente relacionada ao item anterior, em Impostos e contribuições parcelados.

Demais contas de balanço

As demais contas de balanço não tiveram variação significativa ou eventos fora do curso normal das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

30 de abril de 2014

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ÍNDICE**

I.	Em Assembleia Geral Ordinária	3
II.	Em Assembleia Geral Extraordinária	4
III.	Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores	6
IV.	Anexo II: Proposta da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 - Anexo 9-1-11	31
V.	Anexo III: Item 12 do Formulário de Referência – Eleição dos membros do Conselho de Administração	39
VI.	Anexo IV: Item 13 do Formulário de Referência – Remuneração dos Administradores ...	45
VII.	Anexo V: Estatuto – Proposta de reforma estatutária	57
	Anexo V.I. – Artigo 11º-II da Instrução CVM 481/09.....	67
	Anexo V.II – Anexo 14 da Instrução CVM 481/09.....	69
VIII.	Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	72

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89 – NIRE nº 3130004221-9
Companhia Aberta

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração sobre as matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral ordinária, a ser realizada às 9:00 horas do dia 30 de abril de 2014, em sua sede social na cidade de Montes Claros-MG, na Av. Osmane Barbosa, nº 1.235.

I - Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, conforme divulgadas em 28 de março de 2014 nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nestes dois últimos através do Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais (IPE). e, também, pelo Sistema Empresas.Net.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

Nos termos do inciso II, parágrafo 1º do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo II à presente proposta, conforme indicadas no Anexo 9-III da ICVM 481.

b) Ratificar a distribuição de dividendos intermediários ocorrida em dezembro 2013.

Propomos que seja aprovada, sem reservas, a ratificação da distribuição dos dividendos intermediários, para todos os acionistas da Companhia, no valor de R\$2.365 mil conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2013.

c) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos.

A Proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$35.381 mil da seguinte forma: (i) R\$1.769 mil para a Reserva Legal; (ii) R\$1.452 mil para a Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) R\$24.120 mil para a Reserva de Retenção de Lucros visando a atender plano de investimentos do exercício, conforme Orçamento de Capital; e (iv) R\$8.040 mil para distribuição de dividendos que deduzido o pagamento de R\$2.365 mil, já realizado aos acionistas como dividendo intermediário no mês de dezembro último, remanesceu um saldo de R\$5.675 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(d) Eleger os membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos administradores.

Propomos que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2016, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

Propomos que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2016, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4. Propomos que a remuneração global e anual dos administradores a ser paga, seja fixada no montante de até R\$2.552 mil.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 30/04/2013, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$2.320 mil, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$2.320 mil.

O limite ora proposto, assim como as informações acima apresentadas com relação à remuneração do exercício social de 2013, incluem a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos pela Companhia, diretos ou indiretos.

II - Em Assembleia Geral Extraordinária:

a) Proposta de aumento do Capital Social, de R\$125.000.000,00 para R\$150.000.000,00, mediante capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros, sem emissão de ações.

Propomos que seja aprovada, sem reservas, a proposta de aumento do capital social de R\$125.000.000,00 para R\$150.000.000,00, nos termos de que dispõe o artigo 199 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, mediante a capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros, sem a emissão de novas ações.

b) Alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, em função do aumento do Capital Social.

Tendo em vista a proposta acima, propomos que seja aprovada, sem reservas, para alteração do caput do artigo 5º do estatuto social, que sendo aprovada, passa a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 5º** - O capital social subscrito e integralizado é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), dividido em 39.299.130 (trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.041.111 (trinta e oito milhões, quarenta e uma mil, cento e onze) ações ordinárias,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

1.256.792 (um milhão, duzentas e cinquenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, e 1.227 (um mil, duzentas e vinte e sete) ações preferenciais classe “D”.

Montes Claros-MG, 11 de abril de 2014

A Administração
COMPANHIA DE TECIDOS SANTANENSE

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9

ANEXO I

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE**

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Companhia Tecidos Santanense, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 21.255.567/0001-89, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130004221-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 4081
SEDE	Avenida Osmane Barbosa, 1.235, CEP 39404-006 – Montes Claros, MG.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	João Batista da Cunha Bomfim
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4426 Fax (11) 2145-4583 e-mail: João.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	CTSA3 – CTSA4 – CTSA8
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias - Montes Claros, MG.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1*****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais***

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma sociedade anônima, fundada em 23 de outubro de 1891, por Manoel José de Sousa Moreira, no Arraial de Santana de São João Acima, hoje cidade de Itaúna - MG, iniciando suas operações em 07 de setembro de 1895.

Seu desenvolvimento, desde a constituição, tornou-se uma constante; com investimentos em máquinas, equipamentos e instalações, objetivando sua modernização, maior produção e qualidade de seus produtos.

A Santanense produz tecidos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais, acessórios e equipamentos de proteção individual-EPI, destinados à segurança do trabalho.

A Companhia é controlada indireta da Companhia de Tecidos Norte de Minas ("CTNM") e, portanto, parte de um dos maiores complexos operacionais de produtos têxteis de cama e banho do mundo.

No exercício de 2013, o lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$35,4 milhões, comparado a R\$32,0 milhões em 2012 e R\$24,4 milhões em 2011. O patrimônio líquido no final de 2013 era de R\$272,4 milhões e a Companhia tinha um total de R\$416,9 milhões em ativos. O saldo do endividamento líquido era de R\$84,3 milhões (R\$29,8 milhões em 2012) e representava 20,2% do ativo total (9,2% em 2012).

O quadro abaixo destaca os principais indicadores da Companhia:

	2013	2012	2011
Total da dívida líquida	84,3	29,8	61,3
Patrimônio líquido	272,4	245,0	221,2
	356,7	274,8	282,5
<i>Relação de capital próprio</i>	76%	89%	78%
Total do ativo circulante	209,8	168,0	189,0
Total do passivo circulante	89,4	41,4	96,4
<i>Índice de liquidez corrente</i>	2,35	4,06	1,96
Receita operacional líquida ("RL")	385,1	371,6	370,4
Resultado operacional	48,3	52,3	34,6
<i>Índice de resultado operacional</i>	13%	14%	9%
Depreciação e amortização	12,5	10,7	9,7
EBITDA (resultado operacional mais depreciação)	60,8	63,0	44,3
<i>Índice de EBITDA sobre RL</i>	16%	17%	12%

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

As mutações patrimoniais ocorridas entre 2011 e 2013, em milhares de Reais são resumidas como segue:

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Isenção de imposto de renda	Legal	Retenção de lucro				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	101.921	8.629	6.179	85.365	60	(182)	-	201.972
Resultado abrangente:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.372	24.372
Variação cambial sobre investimentos	-	-	-	-	13	-	-	13
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	-	182	-	182
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	13	182	24.372	24.567
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Destinação do resultado	-	1.217	1.219	16.452	-	-	(18.888)	-
Dividendo prescrito	-	-	-	147	-	-	-	147
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	(5.484)	(5.484)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da distribuição aos acionistas	-	1.217	1.219	16.599	-	-	(24.372)	(5.337)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	101.921	9.846	7.398	101.964	73	-	-	221.202
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
		Isenção de imposto de renda	Legal	Retenção de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	101.921	9.846	7.398	101.964	73	-	221.202
Resultado abrangente:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.024	32.024
Variação cambial sobre investimentos	-	-	-	-	(11)	-	(11)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(11)	32.024	32.013
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:							
Aumento de capital com reservas	23.079	-	-	(23.079)	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	(1.097)	-	-	(1.097)
Destinação do resultado	-	1.567	1.601	21.642	-	(24.810)	-
Dividendo prescrito	-	-	-	127	-	-	127
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	(7.214)	(7.214)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	23.079	1.567	1.601	(2.407)	-	(32.024)	(8.184)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	125.000	11.413	8.999	99.557	62	-	245.031
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
		Isenção de imposto de renda	Legal	Retenção de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	125.000	11.413	8.999	99.557	62	-	245.031
Resultado abrangente:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.381	35.381
Variação cambial de investimentos	-	-	-	-	(4)	-	(4)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(4)	35.381	35.377
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:							
Destinação do resultado	-	1.452	1.769	24.120	-	(27.341)	-
Dividendo prescrito	-	-	-	52	-	-	52
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	(8.040)	(8.040)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	1.452	1.769	24.172	-	(35.381)	(7.988)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	125.000	12.865	10.768	123.729	58	-	272.420
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O capital social subscrito e realizado é composto por 39.299.130 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D", não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

	Consolidado		
	2013	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	97.169	30.664	66.970
Caixa e equivalentes de caixa	(12.857)	(817)	(5.718)
	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	84.312	29.847	61.252
	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	272.420	245.031	221.202
	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	356.732	274.878	282.454
	=====	=====	=====

b.i. Hipóteses de resgates

Não há previsão estatutária de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

b.ii Fórmula de cálculo do valor de resgate

Se e quando, legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A dívida líquida total da Companhia passou de R\$29,8 milhões em 2012 para R\$84,3 milhões em 2013. Diante desse quadro e do atual cenário macroeconômico, a Administração da Companhia acredita que seu fluxo de caixa operacional é suficiente para honrar seus compromissos financeiros.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia obteve financiamentos em 2013 junto a instituições financeiras para financiar seus investimentos em exportação, modernização e ampliação do seu parque fabril e demanda de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As fontes de financiamentos foram como segue:

	2012	Acréscimos	Reduções	2013
Moeda estrangeira:				
Banco Santander (ACC)	-	10.097	-	10.097
	-----	-----	-----	-----
	-	10.097	-	10.097
Moeda nacional:				
BNDES – capital de giro	5.713	-	(3.804)	1.909
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	1.590	16.210	-	17.800
Banco Santander (NCE)	-	14.604	-	14.604
Banco do Brasil – BNDES Progerem	19.444	-	(2.380)	17.064
Banco Bradesco– Finame	982	-	(140)	842
Banco do Brasil – Finame	2.918	1.652	-	4.570
Banco Santander – Finame	-	16.564	-	16.564
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	17	13.702	-	13.719
	-----	-----	-----	-----
	30.664	62.732	(6.324)	87.072
Total	30.664	72.829	(6.324)	97.169
	=====	=====	=====	=====

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2014, a Companhia não pretende contratar novos financiamentos para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****f.i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A Companhia possui níveis baixos de endividamento. O perfil da dívida com instituições financeiras é como segue:

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	2013	2012	2011
Moeda estrangeira:						
Banco Santander	US\$	2,3	2014	10.097	-	-
				-----	-----	-----
				10.097	-	-
Moeda nacional:						
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	1.909	5.713	9.519
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2014	17.800	1.590	12.380
Banco Santander	R\$	TJLP+3,0	2015	14.604	-	-
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP +3,0	2015	17.064	19.444	-
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2020	842	982	1.122
Banco do Brasil – Finame	R\$	4,5 e 5,5	2020	4.570	2.918	3.049
Banco Santander – Finame	R\$	3,5	2023	16.564	-	-
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	120 do CDI	2014	13.719	17	28.318
				-----	-----	-----
				87.072	30.664	66.970
Total				97.169	30.664	66.970
				=====	=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$65.096 (R\$26.764 em 31 de dezembro de 2012).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2014	2015	2016	2017 a 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	10.097	-	-	-	10.097
	-----	-----	-----	-----	-----
	10.097	-	-	-	10.097
Moeda nacional:					
BNDES – capital de giro	1.909	-	-	-	1.909
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	17.800	-	-	-	17.800
Banco Santander	104	14.500	-	-	14.604
Banco do Brasil – BNDES Progerem	10.731	6.333	-	-	17.064
Banco Bradesco – Finame	142	140	140	420	842
Banco do Brasil – Finame	394	610	631	2.935	4.570
Banco Santander – Finame	675	1.833	1.833	12.223	16.564
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	13.719	-	-	-	13.719
	-----	-----	-----	-----	-----
	45.474	23.416	2.604	15.578	87.072
Total					
	55.571	23.416	2.604	15.578	97.169
	=====	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***f.ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras***

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

f.iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação definida entre os passivos da companhia.

f.iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novsa dívidas, à distribuição de dividendos, á alienação de ativos, á emissão de novos valores mobiliários e á alienação de controle societário.

Não há nenhuma restrição imposta ao emissor.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo o comparativo de resultados obtidos nos exercícios de 2011 a 2013:

R\$ milhões	2013	2012	2011	% Var 12-13	% Var 11-12
Receita operacional					
Vendas brutas	480,0	462,0	459,6	3,9%	0,5%
Deduções das vendas	(94,8)	(90,4)	(89,2)	4,9%	1,3%
Receita operacional líquida ("RL")	385,1	371,6	370,4	3,6%	0,3%
Custo dos produtos vendidos	(294,7)	(274,2)	(285,5)	7,5%	(4,0%)
Lucro bruto	90,5	97,4	84,9	(7,1%)	14,7%
Receitas (despesas) operacionais					
De vendas	(32,8)	(30,9)	(29,6)	6,1%	4,4%
Gerais e administrativas	(22,4)	(20,5)	(19,8)	9,3%	3,5%
Outras, líquidas	13,0	6,3	(1,0)	106,3%	-
Resultado operacional	48,3	52,3	34,6	(7,6%)	51,2%
Despesas financeiras – juros e encargos	(4,9)	(5,0)	(7,7)	(2,0%)	(35,1%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(2,8)	(3,5)	(2,1)	(20,0%)	66,7%
Receitas financeiras	3,1	1,0	1,8	210,0%	(44,4%)
Variações cambiais, líquidas	2,6	0,9	1,5	188,9%	(40,0%)
Resultado operacional antes dos impostos	46,3	45,7	28,1	1,3%	62,6%
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(9,9)	(13,3)	(5,2)	(25,6%)	155,8%
Diferido	(1,1)	(0,4)	1,5	175,0%	-
Lucro líquido do exercício	35,4	32,0	24,4	10,6%	31,1%
	=====	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.**Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2013 atingiu R\$385,1 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 3,6% no ano, devido à melhoria dos preços médios na composição dos produtos vendidos.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou uma margem bruta de 23,5% no ano de 2013 e margem bruta de 26,2% em 2012. O preço médio do algodão pelo índice ESALQ no ano de 2012 foi de R\$3,54/kg versus R\$4,48 em 2013, representando um aumento de custo de 26,6%, o que refletiu negativamente nos custos dos produtos vendidos.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo principalmente na rubrica de fretes. As despesas fixas cresceram em linha com os índices de inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de R\$48,3 milhões em 2013, registrando um decréscimo de 7,5% sobre o exercício anterior.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2013 foi uma despesa de R\$2,0 milhões, enquanto que em 2012 foi uma despesa de R\$6,6 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2013	2012
Receitas financeiras	3,1	1,0
Juros e encargos financeiros	(4,9)	(5,0)
Variações cambiais, líquidas	2,6	0,9
Despesas bancárias, descontos	(2,8)	(3,5)
Resultado financeiro	(2,0)	(6,6)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$126,6 milhões em 2012 para R\$120,4 milhões em 2013. O coeficiente de liquidez corrente em 2013 foi de 2,35, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$2,35 em recursos de curto prazo.

Lucro líquido e dividendos

A Santanense registrou neste exercício lucro líquido de R\$35,4 milhões. A Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,2039 por ação ordinária e R\$0,2243 por ação preferencial, no montante de R\$8,0 milhões, 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2012 atingiu R\$371,6 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 0,3% no ano, devido à variação de 6,3% dos volumes produzidos e vendidos e ao decréscimo de 5,6% nos preços médios.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou uma margem bruta de 26,2% no ano de 2012 e margem bruta de 22,9% em 2011. O preço médio do algodão pelo índice ESALQ no ano de 2012 foi de R\$3,54/kg versus R\$5,42 em 2011, representando uma redução de 34,7%, o que refletiu positivamente na redução dos custos dos produtos vendidos. Adicionalmente, em 2012, entrou em operação a ampliação do setor de acabamento na unidade industrial de Itaúna, o que também impactou, positivamente, os índices de produtividade com a consequente melhora nos custos de produção.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo nesse ano devido em parte ao crescimento no volume de vendas com o consequente reflexo nas despesas com fretes. As despesas fixas cresceram em média com os índices de inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O resultado operacional recorrente foi de R\$45,3 milhões em 2012, registrando um acréscimo de 31,0% sobre o exercício anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroResultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2012 foi uma despesa de R\$6,6 milhões, enquanto que em 2011 foi uma despesa de R\$6,5 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2012	2011
Receitas financeiras	1,0	1,8
Juros e encargos financeiros	(5,0)	(7,7)
Variações cambiais, líquidas	0,9	1,5
Despesas bancárias, descontos	(3,5)	(2,1)
Resultado financeiro	(6,6)	(6,5)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$92,5 milhões em 2011 para R\$126,6 milhões em 2012. O coeficiente de liquidez corrente em 2012 foi de 4,06, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$4,06 em recursos de curto prazo.

Passivos e ativos financeiros

A dívida líquida em 2012 totalizou R\$29,9 milhões contra R\$61,3 milhões em 2011, representando uma redução de R\$31,4 milhões ou 51,2%. O perfil dos financiamentos em 31 de dezembro de 2012 está demonstrado abaixo:

Vencimento	Total
-----	-----
2013	9,6
2014	11,9
2015	6,9
2016 a 2020	2,3

Total	30,7

Lucro líquido e dividendos

A Santanense registrou neste exercício lucro líquido de R\$32,0 milhões. A Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,18299 por ação ordinária e R\$0,20129 por ação preferencial, no montante de R\$7,2 milhões, 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Receita Líquida

A receita líquida de vendas em 2011 atingiu R\$370,4 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 17,1% no ano, devido à variação dos volumes produzidos e vendidos de 4,6% e, também, ao crescimento de 22,7% nos preços médios.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou uma margem bruta de 22,9% no ano de 2011 e margem bruta de 25,8% em 2010. Os aumentos de preço do algodão ao longo do ano de 2011 impactaram negativamente as margens da Companhia.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um acréscimo neste ano devido ao crescimento das vendas, e ao acréscimo nas despesas com fretes e comissões. As despesas fixas, cresceram um pouco acima da inflação do período, refletindo os reajustes de salários.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de R\$34,6 milhões em 2011, registrando um decréscimo de 5,2% sobre o exercício anterior.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2011 foi uma despesa de R\$6,5 milhões, enquanto que em 2010 foi uma despesa de R\$6,4 milhões.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2011	2010
Receitas financeiras	1,8	1,5
Juros e encargos financeiros	(7,7)	(6,0)
Variação cambial, líquidas	1,5	(0,2)
Despesas bancárias, descontos	(2,1)	(1,7)
Resultado financeiro	(6,5)	(6,4)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$95,6 milhões em 2010 para R\$92,5 milhões em 2010. O coeficiente de liquidez corrente em 2011 foi de 2,0, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo a Santanense possui R\$1,96 em recursos de curto prazo.

Passivos e ativos financeiros

A dívida líquida em 2011 totalizou R\$61,3 milhões contra R\$46,2 milhões em 2010, representando um aumento de 32,7%. O perfil dos financiamentos em 31 de dezembro de 2011 era o seguinte:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Vencimento	Total
-----	-----
2012	57,3
2013	4,3
2014	2,4
2015 a 2020	2,9
-----	-----
Total	66,9
	=====

Lucro líquido e dividendos

A Santanense registrou neste exercício lucro líquido de R\$24,4 milhões. A Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril próximo a distribuição de dividendos totais de R\$0,13910 por ação ordinária e R\$0,15302 por ação preferencial, no montante de R\$5,5 milhões, 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social. Desse valor serão abatidos os dividendos já pagos antecipadamente.

	2013	2012	2011
	-----	-----	-----
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	12.857	817	5.718
Duplicatas a receber	92.014	95.594	93.062
Estoques	87.757	64.848	74.039
Adiantamentos a fornecedores	1.821	377	817
Impostos a recuperar	3.016	1.886	1.855
Imóveis destinados à venda	3.067	2.921	11.790
Outros créditos a receber	9.286	1.583	1.692
	-----	-----	-----
Total do ativo circulante	209.818	168.026	188.973
	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Realizável a longo prazo:			
Créditos e valores a receber	10.200	12	42
Depósitos judiciais	8.849	8.161	8.218
Partes relacionadas	1.392	424	12
Impostos a recuperar	8.907	23.889	20.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.866	6.670	7.067
	-----	-----	-----
	35.214	39.156	36.170
	-----	-----	-----
Outros investimentos	551	551	551
Imobilizado	171.303	117.121	117.276
Intangível	20	20	23
	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante	207.088	156.848	154.020
	-----	-----	-----
Total dos ativos	416.906	324.874	342.993
	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

	2013	2012	2011
PASSIVOS			
CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	55.571	9.556	57.374
Fornecedores	15.102	11.577	20.843
Obrigações fiscais e sociais	8.005	8.026	8.164
Impostos e taxas	396	615	1.560
Dividendos a pagar	5.963	5.572	4.008
Imposto de renda e contribuição social	224	583	-
Impostos e contribuições parcelados	2.135	823	-
Comissões a pagar	1.875	2.526	2.482
Outras contas a pagar	154	2.128	2.013
	-----	-----	-----
Total do passivo circulante	89.425	41.406	96.444
	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	41.598	21.108	9.596
Partes relacionadas	938	1.095	34
Impostos e contribuições parcelados	3.151	242	851
Provisões diversas	8.943	15.529	14.766
Outras obrigações	431	463	100
	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante	55.061	38.437	25.347
	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital realizado	125.000	125.000	101.921
Reservas de lucros	147.362	119.969	119.208
Ajuste acumulado de conversão	58	62	73
	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	272.420	245.031	221.202
	-----	-----	-----
Total dos passivos e patrimônio líquido	416.906	324.874	342.993
	=====	=====	=====

Duplicatas a receber

Não houve flutuação significativa na conta de duplicatas a receber, como também não houve alterações significativas nos volumes e nos prazos médios de vendas.

Estoque e Adiantamentos a fornecedores

Houve um acréscimo na conta de estoques em 2013 decorrentes, em parte de um maior volume de estoques de matéria-prima e produtos acabados, bem como um aumento nos custos unitários.

Impostos a recuperar de curto e longo prazos

A redução dos saldos de impostos a recuperar em 2013 foi motivada basicamente pela recuperação de créditos de ICMS.

Imóveis destinados à venda

Não houve variação significativa nessa rubrica em 2013. A variação ocorrida em 2012 decorre da venda de imóveis não operacionais.

Outros créditos a receber

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os valores de outros créditos a receber são representados por notas promissórias com vencimento até 2017. Sobre todas as parcelas incidem juros equivalentes aos Certificados de Depósitos Bancários – CDI e possuem garantia hipotecária.

Imobilizado

As inversões realizadas em 2013 somam R\$47,1 milhões e fazem parte do programa de modernização e expansão de nossas unidades fabris.

Empréstimos e financiamentos

O quadro de empréstimos e financiamentos foi detalhado nos itens acima.

Fornecedores

A variação ocorrida em 2013 está relacionada ao aumento nos estoques de matérias-primas. Não houve mudança significativa nas políticas de compras e prazos médios dos fornecedores.

Impostos e contribuições parcelados de curto e longo prazos

A principal variação ocorreu em 2013. A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia entregou contestação administrativa e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais, para pagamento em 36 parcelas mensais.

Provisões diversas

A principal variação em provisões diversas está diretamente relacionada ao item anterior, em Impostos e contribuições parcelados.

Demais contas de balanço

As demais contas de balanço não tiveram variação significativa ou eventos fora do curso normal das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2*****a. Resultados das operações do emissor******a.i Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.***

As receitas da Companhia nos anos de 2013, 2012 e 2011 decorrem basicamente de vendas de produtos de sua fabricação, tecidos de brim e índigo, e receitas financeiras do excedente de caixa exceto o comentado em 10.2 – a.2 abaixo.

a.ii Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia apresentou resultados consistentes nos 3 últimos exercícios, sendo que sua lucratividade em 2013 e 2012 foi positivamente afetada pelo resultado na venda de ativos não operacionais, à prazo, conforme explicado nas notas explicativas do balanço, e nas análises acima.

A Companhia não possui nenhum compromisso que possa mudar materialmente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial em 2014.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Além dos impactos comentados nas seções anteriores, não houve impacto significativo nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

Além dos impactos comentados acima e nas seções anteriores, não houve outro impacto significativo no resultado operacional e nas receitas e despesas financeiras.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS***a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***c. Eventos ou operações não usuais***

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR***a. Mudanças significativas nas práticas contábeis*****2013**

No exercício de 2013 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2012

No exercício de 2012 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2011

No exercício de 2011 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2013: No exercício de 2013 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2012: No exercício de 2012 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2011: No exercício de 2011 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 enfatiza, conforme descrito na nota explicativa 2.1, que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável nas demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

10.5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA CONTROLADORA E SUAS CONTROLADAS

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como "Outras, líquidas".

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de "Empréstimos e recebíveis" e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(f) Investimentos--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

10.6 CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS***a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las***

A Administração da Companhia acredita que o sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas pela área de controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nos relatórios emitidos nos últimos exercícios não foram identificadas falhas que pudessem colocar em risco a efetividade dos controles internos da Companhia e a continuidade dos seus negócios.

A Companhia não recebeu os comentários auditoria independente sobre os controles internos para 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.7 OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS*****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Não houve oferta pública de ações da Companhia no período de 2011 a 2013.

b. Desvios relevantes entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR***a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não possui "off-balance sheet items".

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8***a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não aplicável.

b. Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR***a. Investimentos***

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não foram planejados investimentos significativos no plano de negócios da Companhia.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9

ANEXO II

Proposta da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de
dezembro de 2012 - Anexo 9-1-11

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9
Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, e §1º, inciso II da Instrução CVM nº 481/2009.

ANEXO 9-1-II - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(em milhares de Reais)

- 1. Informar o lucro líquido do exercício:** R\$35.381
- 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado:**
- Dividendo total: R\$8.040
Por ação ON R\$0,2039
Por ação PN R\$0,2243
Por ação PND R\$0,2243
- Dividendo antecipado: R\$2.365
Por ação ON R\$0,0600
Por ação PN R\$0,0660
Por ação PND R\$0,0660
- Dividendo a distribuir: R\$5.675
Por ação ON R\$0,1439
Por ação PN R\$0,1583
Por ação PND R\$0,1583
- 3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído:** 25% do lucro líquido ajustado calculado como segue:

Lucro líquido do exercício	35.381
Reserva legal (5%)	(1.769)
Reserva de isenção de imposto de renda	(1.452)

Lucro líquido ajustado	32.160
Dividendos propostos (25%)	8.040
Dividendos antecipados	(2.365)

Dividendos a pagar	5.675
	=====

O saldo de balanço, na rubrica "Dividendos a pagar", inclui o saldo de R\$288 referentes a dividendos declarados em exercícios anteriores cujos acionistas ainda não se habilitaram para seu recebimento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**
- Não há qualquer distribuição de dividendos com base em lucros de períodos anteriores.
- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:**
- (a) Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio.
- Por ação ON R\$0,1439
Por ação PN R\$0,1583
Por ação PND R\$0,1583
- (b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio.
- A ser deliberado em AGO.
A administração irá propor na AGO pagamento do saldo dos dividendos em 2 de junho de 2014. Os acionistas cujas posições acionárias encontram-se custodiadas na Companhia, O pagamento será realizado mediante depósito em conta bancária para os acionistas habilitados. Os acionistas, cujas posições acionárias encontram-se custodiadas na BM&FBOVESPA S.A., terão seus dividendos creditados diretamente junto aquela instituição.
- (c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
- Não aplicável.
- (d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
- A ser deliberado na AGO.
A administração irá propor na AGO que os dividendos sejam pagos aos acionistas com posição na data da AGO que será realizada no dia 30 de abril de 2014.
- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**
- (a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados.
- Dividendo antecipado: R\$2.365
- (b) Informar a data dos respectivos pagamentos.
- 23/12/2013
- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**d. Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores:**

	2012	2011	2010
Lucro líquido	35.381	32.024	24.372
Quantidade de ações:			
Ordinárias	38.041.111	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.256.792	1.256.792	1.256.792
Preferenciais D	1.227	1.227	1.227
	-----	-----	-----
	39.299.130	39.299.130	39.299.130
Lucro líquido por ação:			
Ordinárias	R\$0,90	R\$0,81	R\$0,62
Preferenciais	R\$0,99	R\$0,89	R\$0,68
	=====	=====	=====

e. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2013	2012	2011
Total de dividendos	8.040	7.214	5.484
Dividendo por ação ON	R\$0,2039	R\$0,18299	R\$0,13910
Dividendo por ação PN	R\$0,2243	R\$0,20129	R\$0,15302
	=====	=====	=====

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- (a) Identificar o montante destinado à reserva legal. R\$1.769
- (b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal. 5% do lucro líquido do exercício.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- (a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto. Art. 29 - Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a participação proposta para os administradores nos lucros do exercício, nessa ordem o lucro líquido que remanescer terá a seguinte destinação:
- a) 5% (cinco por cento) para constituição

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de reserva legal, até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
b) 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos, ressalvadas as vantagens das ações preferenciais e compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declaradas no exercício;
c) O restante, para dividendos, fundos ou reservas, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembléia Geral.

§ Único - A participação dos administradores nos lucros do exercício só será atribuída se assegurado o pagamento do dividendo obrigatório a que se refere a letra "b" deste artigo.

Art. 30 - O Conselho de Administração, ad referendum da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, poderá declarar dividendos intermediários, com base em balanço semestral ou de períodos menores, ou a conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço.

Art. 31 - Os dividendos e as bonificações em dinheiro deverão ser pagos aos acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da ata, em que foram declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§ Único - Prescrevem a favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo está sendo pago integralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- (c) Informar o montante eventualmente retido. Não aplicável.

11.Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

- (a) Informar o montante da retenção. Não aplicável.
- (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos. Não aplicável.
- (c) Justificar a retenção dos dividendos. Não aplicável.

12.Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- (a) Identificar o montante destinado à reserva. Não aplicável.
- (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa. Não aplicável.
- (c) Explicar o porque a perda foi considerada provável. Não aplicável.
- (d) Justificar a constituição da reserva. Não aplicável.

13.Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar. Não aplicável.
- (b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva. Não aplicável.

14.Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

- (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva. Descritas no item acima.
- (b) Identificar o montante destinado à reserva. Não houve.
- (c) Descrever como o montante foi calculado. Não houve.

15.Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- | | |
|---|---------------|
| (a) Identificar o montante da retenção. | R\$24.120 |
| (b) Fornecer cópia do orçamento de capital. | Vide em anexo |

16.Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

- | | |
|--|--|
| (a) Informar o montante destinado à reserva. | R\$1.452 |
| (b) Explicar a natureza da destinação. | Reserva de incentivo fiscal de Imposto sobre a renda |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE**

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, e §1º, inciso II da Instrução CVM nº 481/2009.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

(em milhares de Reais)

Propomos o "Orçamento de Capital" para 2014 no montante de R\$49.493 visando atender o Plano de investimentos do exercício.

Aplicação dos recursos:

Descrição	Valor
<u>Capital circulante:</u>	
Redução de passivos	17.000

	17.000
<u>Capital fixo:</u>	
Máquinas e equipamentos	32.493

	49.493
Total a investir	49.493
	=====

Fontes dos recursos:

Descrição	Valor
Retenção de lucros	24.120
Recursos próprios	25.373

	49.493
	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9

ANEXO III

Item 12 do Formulário de Referência

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

12.6 – Administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo controlador
Josué Christiano Gomes da Silva	50	Engenheiro	493.795.776-72	Presidente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Diretor Presidente	Sim
Adelmo Pércopo Gonçalves	72	Bacharel em Direito	002.830.536-15	Vice Presidente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Mariza Campos Gomes da Silva	79	Bacharela em Enfermagem	056.610.046-05	Conselheira	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	55	Estilista	401.273.896-87	Conselheira	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Patrícia Campos Gomes da Silva	53	Decoradora de Interiores	958.037.426-00	Conselheira	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Maria Cristina Gomes da Silva	51	Bacharela em Direito	563.631.416-72	Conselheira	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
João Gustavo Rebello de Paula	45	Engenheiro mecânico	692.239.806-82	Presidente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Décio Gonçalves Moreira	75	Engenheiro	002.830.106-49	Conselheiro	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Maurício Pércopo Gonçalves	69	Bacharel em Direito	002.836.736-72	Conselheiro	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim

Conselho de Administração – Suplentes

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo controlador
Antonio Gomes da Silva Filho	77	Comerciante	022.411.026-97	Conselheiro Suplente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Marco Túlio Guimarães	54	Administrador de Empresas	540.222.316-53	Conselheiro Suplente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Norton Antonio Fagundes Reis	64	Advogado e Bacharel em Ciências Contábeis	138.351.226-49	Conselheiro Suplente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Ronaldo Dornellas de Assis Ribeiro	75	Advogado	009.645.736-87	Conselheiro Suplente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim
Vicente de Paulo Luca	74	Bacharel em Ciências Contábeis	073.215.386-72	Conselheiro Suplente	30/04/2014	30/04/2014	3 anos	Não	Sim

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês:**

A emissora não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ou qualquer outro colegiado que não os acima mencionados.

12.8 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, segue abaixo os currículos e outras informações:**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Josué Christiano Gomes da Silva. Formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Rêdito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da COTEMINAS S.A., Diretor Presidente da OXFORD COM. E PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo. O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice-presidente da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

Adelmo Pércope Gonçalves. - Diplomado pela Faculdade de Direito da UFMG, Vice-Presidente do Conselho de Administração da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE.

Mariza Campos Gomes da Silva. – Bacharela em Enfermagem – Escola de Enfermagem Ana Nery – Rio de Janeiro – RJ, Inglês Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Francês e Italiano – Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais, Vice - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações- ENCORPAR, Vice - Presidente do Conselho de Administração e Diretora Vice – Presidente da Wembley Sociedade Anônima, membro do Conselho de Administração da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE.

Maria da Graça Campos Gomes da Silva. - Estilista - Membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima, da Companhia Tecidos Santanense, e diretora da José Alencar Gomes da Silva - Comércio, Participações, e Empreendimentos S/A.

Patrícia Campos Gomes da Silva. - Decoradora de Interiores - Membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima e da Companhia Tecidos Santanense.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Maria Cristina Gomes da Silva. - Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (BH), membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima e da Companhia Tecidos Santanense.

João Gustavo Rebello de Paula. Formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela *Kelly School of Business, Indiana University* (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agropecuária; Econorte- Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A., da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A.- Encorpar e da Companhia Tecidos Santanense.

Décio Gonçalves Moreira. - Diplomado pela Faculdade de Engenharia da UFMG. Membro do Conselho de Administração da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE.

Maurício Pércope Gonçalves. - Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica - MG. Membro do Conselho de Administração da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUPLENTES

Antônio Gomes da Silva Filho. - Comerciante há vários anos e membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS e membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense.

Marco Túlio Guimarães. - Administrador de empresas, Membro suplente do Conselho de Administração da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE; sócio Proprietário das empresas: WALKER DE MINAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA e GMPI COMERCIAL LTDA (Franquia VICTOR HUGO).

Norton Antonio Fagundes Reis. - Bacharel em Direito, membro suplente do conselho de administração da Companhia Tecidos Santanense.

Ronaldo Dornellas de Assis Ribeiro. - Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas. Fundador e sócio-gerente da Reserva Participação e Serviço Ltda. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense.

Vicente de Paulo Luca. - Bacharel em Ciências Contábeis, membro suplente do conselho de administração da Companhia Tecidos Santanense.

12.8 - Informações sobre os administradores e membros do conselho fiscal:

Todos os Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia declararam, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) administradores do emissor –**

Os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia possuem grau de parentesco de primeiro e segundo graus, a saber:

Josué Christiano Gomes da Silva	Filho
Mariza Campos Gomes da Silva	Mãe
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	Irmã
Patrícia Campos Gomes da Silva	Irmã

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor –

O Sr. Josué Christiano Gomes da Silva tem parentes em 1º e 2º graus na controlada Companhia Tecidos Santanense.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, direta ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos, do emissor –

A família do Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente é controladora indireta da emissora e parentes em 1º e 2º graus dele participam dos órgãos de administração das companhias controladas direta e indiretamente pela emissora.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas, do emissor –

A família do Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente é controladora indireta da emissora e parentes em 1º e 2º graus dele participam dos órgãos de administração das companhias que detêm o controle direto e indireto da emissora.

A família do Sr. Adelmo Pércope Gonçalves, Vice Presidente do Conselho de Administração da emissora, é acionista da controladora e possui parente em 1º grau nos órgãos de administração das companhias que detêm o controle direto e indireto da emissora.

12.10 – Informar relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não aplicável

b) controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente do C.A., Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da emissora é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da controladora direta da Companhia de Tecidos Norte de Minas.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9

ANEXO IV

Item 13 do Formulário de Referência

Remuneração dos Administradores

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Propor à apreciação da Assembléia Geral Ordinária o valor anual de R\$2.552.000,00, (dois milhões de reais) distribuídos da seguinte forma:

Conselho de Administração – R\$119.000,00

Diretoria - R\$ 2.433.000,00

Belo Horizonte, 11 de abril de 2014.

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de relações com investidor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**13. Remuneração dos administradores****13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração**

A Companhia de Tecidos Santanense ("Companhia") e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ("diretoria") e do conselho fiscal ("Pessoal-Chave da Administração").

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas.

b. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e plano de bônus anuais que podem variar de 1 a 3 salários anuais, dependendo da performance da Companhia e de cada membro individualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levadas em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, com também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, foram informados no item 13.15 adiante.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.****Remuneração reconhecida no resultado do emissor****Exercício social findo em 31 de dezembro de 2011**

R\$mil/ano

a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
b. Número de membros:	9	5	3	14
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	108	1.645	59	1.812
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável anual segregada em:				
- Bônus	-	147	-	147
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	108	1.792	59	1.959
	=====	=====	=====	=====

Remuneração reconhecida no resultado do emissor**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2012**

R\$mil/ano

a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
b. Número de membros:	9	5	3	17
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	108	1.663	22	1.793
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável anual segregada em:				
- Bônus	-	140	-	140
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	108	1.803	22	1.933
	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Remuneração reconhecida no resultado do emissor****Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013**

R\$/mil/ano

	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	5	-	14
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	108	2.069	-	2.177
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração	-	-	-	-
por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável				
anual segregada em:				
- Bônus	-	143	-	143
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração	-	-	-	-
por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
d. Valor da remuneração por órgão:	108	2.212	-	2.320
	=====	=====	=====	=====

Remuneração reconhecida no resultado do emissor**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 – Previsão (*)**

R\$/mil/ano

	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	5	-	14
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	119	2.276	-	2.395
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração	-	-	-	-
por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável				
anual segregada em:				
- Bônus	-	157	-	157
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração	-	-	-	-
por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
d. Valor da remuneração por órgão:	119	2.433	-	2.552
	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**13.3 Remuneração variável no resultado dos últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.****Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2011**

	R\$ mil/ano			
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	5	3	17
c. Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	17	-	17
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	283	-	183
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	147	-	-
d. Em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

**Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2012**

	R\$ mil/ano			
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	5	3	17
c. Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	17	-	17
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	283	-	183
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	140	-	-
d. Em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

**Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013**

	R\$ mil/ano			
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	5	3	17
c. Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	17	-	17
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	283	-	183
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	143	-	-
d. Em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Remuneração reconhecida no resultado do emissor****Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 (*) Previsão**

R\$ mil/ano

	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão da administração:				
b. Número de membros:	9	5	-	14
c. Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	19	-	19
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	311	-	311
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração caso				
as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos 3 últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia

	Quantidade de ações
Conselho de administração	137.102
Diretoria estatutária	31.545
Conselho fiscal	-

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2014.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Não há opções em aberto para quaisquer membros dos órgão da administração da Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.**

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das opções.

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer informações em tabela

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2011

	R\$ mil/ano		
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal
a. Órgão da administração:			
b. Número de membros:	9	5	-
c. Valor da maior remuneração individual	12	528	22
d. Valor da menor remuneração individual	12	57	22
e. Valor médio de remuneração individual	12	358	22

Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2012

	R\$ mil/ano		
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal
a. Órgão da administração:			
b. Número de membros:	9	5	-
c. Valor da maior remuneração individual	12	647	7
d. Valor da menor remuneração individual	12	70	7
e. Valor médio de remuneração individual	12	360	7

Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013

	R\$ mil/ano		
	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal
a. Órgão da administração:			
b. Número de membros:	9	5	-
c. Valor da maior remuneração individual	12	677	-
d. Valor da menor remuneração individual	12	74	-
e. Valor médio de remuneração individual	12	442	-

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração reconhecida no resultado do emissor
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2011

	R\$ mil/ano			
a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
b. Número de membros:	9	5	3	14
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	108	1.645	59	1.812
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração				
por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável				
anual segregada em:				
- Bônus	-	147	-	147
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração				
por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	108	1.792	59	1.959
	=====	=====	=====	=====

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Remuneração reconhecida no resultado do emissor****Exercício social findo em 31 de dezembro de 2012**

R\$ mil/ano

a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
b. Número de membros:	9	5	3	17
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	108	1.663	22	1.793
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração				
por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável				
anual segregada em:				
- Bônus	-	140	-	140
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração				
por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	108	1.803	22	1.933
	=====	=====	=====	=====

Remuneração reconhecida no resultado do emissor**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013**

R\$ mil/ano

a. Órgão da administração:	Conselho de administração	Diretoria	Conselho fiscal	Total
b. Número de membros:	9	5	-	14
c. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
- Salário ou pró-labore	108	2.069	-	2.177
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Remuneração				
por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
ii. Remuneração variável				
anual segregada em:				
- Bônus	-	143	-	143
- participação nos resultados	-	-	-	-
- Remuneração				
por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por órgão:	108	2.212	-	2.320
	=====	=====	=====	=====

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

ANEXO V

Estatuto – Proposta de Reforma Estatutária

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO
(Em AGE DE 29/04/2005 e alterações em AGES de 28/04/2006 e 30/04/2012)

CAPÍTULO I**Denominação, Sede, Objeto e Duração**

Art. 1º - A Companhia Tecidos Santanense, sociedade anônima de capital autorizado constituída aos 23 (vinte e três) de outubro de 1891 (um mil, oitocentos e noventa e um), rege-se pelo presente Estatuto e dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.”

Art. 2º - A sede social é na Avenida Osmane Barbosa, 1235, Bairro JK, situada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, Brasil, podendo o Conselho de Administração determinar a abertura de sucursais, filiais, depósitos, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional.

Art. 3º - A Companhia tem como objeto a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual-EPI, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade.

§ Único:- A critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá participar de outras empresas, podendo, ainda, exercer atividades agrícolas, pecuárias, silvicultura, comercializar e locar imóveis urbanos e rurais de sua propriedade.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II**Capital Social e Ações**

Art. 5º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), dividido em 39.299.130 (trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.041.111 (trinta e oito milhões, quarenta e uma mil, cento e onze) ações ordinárias, 1.256.792 (um milhão, duzentas e cinquenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, e 1.227 (um mil, duzentas e vinte e sete) ações preferenciais classe “D”.

“Art. 5º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), dividido em 39.299.130 (trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.041.111 (trinta e oito milhões, quarenta e uma mil, cento e onze) ações ordinárias, 1.256.792 (um milhão, duzentas e cinquenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, e 1.227 (um mil, duzentas e vinte e sete) ações preferenciais classe “D”.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

§ 1º - Fica autorizado o aumento do capital social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração até o limite de 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de ações, observados os seguintes limites quanto às espécies e classes: a) até 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias; b) até 72.000.000 (setenta e dois milhões) de ações preferenciais, e c) até 48.000.000 (quarenta e oito milhões) de ações preferenciais classe “D”.

§ 2º - As deliberações do Conselho de Administração sobre a emissão de ações conterão obrigatoriamente: a) a quantidade e o tipo de ações a serem emitidas; b) se a subscrição será particular ou mediante oferta pública; c) as condições para o exercício do direito de preferência, quando houver; d) outras condições e o modo de integralização.

§ 3º - As ações serão emitidas para subscrição e integralização nas condições e no modo que forem estabelecidos no ato da emissão, observadas as disposições legais e estatutárias; o preço de emissão será fixado, alternativamente ou conjuntamente, tendo em vista a cotação das ações, admitindo ágio ou deságio em função das condições do mercado, do valor do patrimônio líquido e das perspectivas de rentabilidade da Companhia. Nas emissões para subscrição pelo FINOR serão observadas a legislação e normas específicas e a integralização se fará mediante o depósito da quantia correspondente em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A, em nome da sociedade, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação do comprovante de arquivamento, na Junta Comercial competente, da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a subscrição e sua publicação na forma da lei.

Ações Ordinárias

§ 4º - A cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, respeitado o disposto no § Único do artigo 112 da Lei nº 6.404/76.

Ações Preferenciais

§ 5º - As ações preferenciais se dividem nas seguintes classes:

I – Preferenciais – nominativas, sem direito a voto, destinadas à subscrição pública ou particular, por quaisquer investidores, e gozarão de prioridade na distribuição do dividendo obrigatório de 25%(vinte e cinco por cento) do lucro líquido, não cumulativo, na forma do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, e de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

II – Preferenciais Classe “D” – nominativas, sem direito a voto, destinadas:

- a) à subscrição com recursos de fundos oficiais de investimento, especialmente do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, e à conversão, em ações, de debêntures conversíveis por eles adquiridas, e
- b) à subscrição de ações a que forem atribuídos incentivos fiscais de qualquer natureza, que gozarão das vantagens de prioridade na distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25%(vinte e cinco por cento) do lucro líquido, não cumulativo, e de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de liquidação da companhia.

§ 6º - As ações preferenciais e as preferenciais classe “D” terão participação integral nos resultados da Companhia, em igualdade de condições com as ordinárias, acrescido o direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

inclusive na distribuição de dividendos que ultrapassem o obrigatório ou o mínimo a que tenham prioridade, e a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser atribuídas vantagens patrimoniais superiores às preferenciais e às preferenciais classe “D”, nem poderá o disposto nos artigos 194 a 197 e 202 da Lei nº 6.404/76 e nas letras a) e b) do artigo 29 do estatuto prejudicar o direito dessas ações de receber o dividendo mínimo obrigatório a que têm prioridade, ou reduzi-lo.

§ 7º - As ações preferenciais e preferenciais classe “D” poderão ser emitidas até o limite de 2/3 (dois terços) do Capital Social, sem guardar proporção com as ações ordinárias existentes.

§ 8º - Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais; não o haverá também, salvo disposição em contrário da Assembléia Geral, para a subscrição de ações emitidas dentro do limite do capital autorizado, ou de debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante: a) venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública; b) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle acionário, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76.

§ 9º - O prazo para o exercício do direito de preferência, quando houver, será de 30 (trinta) dias.

§ 10 – A Companhia poderá mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e mediante publicação de anúncio, suspender por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferências de ações.

Art. 6º - A companhia, mediante autorização do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

Art. 7º - O não pagamento dos dividendos mínimos, não cumulativos, por 3 (três) exercícios consecutivos conferem às ações preferenciais o direito de voto, que persistirá até à Assembléia Geral que lhes atribuir tais dividendos.

CAPÍTULO III**Assembléia Geral**

Art. 8º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - Somente serão admitidos à Assembléia Geral os titulares de ações com direito de voto, cujos nomes estejam inscritos no respectivo registro, até 5 (cinco) dias antes da realização de Assembléia e os titulares de ações preferenciais que comprovem essa qualificação até aquela data, nas Assembléias em que não tenham direito a voto.

§ 2º - As Assembléias Gerais serão instaladas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou em sua ausência pelo Vice-Presidente, ou ainda, na ausência deste,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

por qualquer um dos Conselheiros e presidida pelo acionista eleito pelos presentes, o qual convidará um ou mais acionistas, para secretários.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, desde que deposite a procuração na sede social, no prazo previsto no § 1º deste artigo. O procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, possibilitando ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

§ 4º - Nos casos de ações em condomínio ou ações gravadas com usufruto, a prova de representação regular dos condôminos ou o acordo sobre o exercício de voto, entre proprietário e usufrutuário, deverá ser depositada na Companhia, com a antecedência prevista no §1º deste artigo.

CAPÍTULO IV

Administração da Companhia

Art. 9º - A Companhia será administrada, com os poderes e atribuições conferidas por lei e este Estatuto, por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Seção I - Conselho de Administração

Art. 10 - O Conselho de Administração será composto de até 9 (nove) membros titulares e de até 6 (seis) membros suplentes, acionistas, sendo 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Os suplentes, substituirão, em caso de impedimento ou falta, os Conselheiros titulares.

Art. 11 – O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, devendo sempre estar presente pelo menos dois terços de seus membros, para validade das deliberações.

§ 1º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, sendo obrigatória a presença do Presidente e constarão de forma sumária, ou por extenso, no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sempre que produzam efeitos perante terceiros.

Art. 12 – Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar os objetos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando planos de trabalho, orçamento de investimentos e de custeio anuais;
- b) Convocar a Assembléia Geral Ordinária e, quando necessário, a Extraordinária;
- c) Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixar-lhes as atribuições, designando o Diretor Presidente e deliberando sobre a forma de substituição dos Diretores;
- d) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- e) Manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício, examinando os balancetes mensais e autorizando, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária que julgar as contas do

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- exercício, o pagamento de dividendos com base em balanços anual, semestral ou em período menores;
- f) Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da organização. Aprovar os organogramas da administração superior. Aprovar e modificar regimentos internos e, ainda, fazer a política salarial da Companhia;
 - g) Aprovar o plano de expansão e modernização da empresa;
 - h) Propor alterações do Estatuto, em especial as que implicarem em modificação do capital social;
 - i) Autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, do ativo permanente e a constituição de ônus reais ou prestação de garantias a obrigações de terceiros e a celebração de empréstimos, independentemente de manifestação da Assembléia Geral;
 - j) Escolher e destituir auditores independentes;
 - k) Declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou de períodos menores;
 - l) Designar Diretor substituto, na forma prevista no Art. 17, § Único deste Estatuto;
- m) Deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto, resolvendo os casos omissos;
- n) Exercer outras atribuições legais;
- o) Autorizar a negociação pela Companhia de ações de sua própria emissão;
- p) Deliberar sobre a emissão e colocação de ações e bônus de subscrição, dentro dos limites do capital autorizado, com audiência prévia do Conselho Fiscal se em funcionamento, e fazer as chamadas de capital;
- q) Deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, e a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- r) Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*Commercial Paper*); e
- s) Atribuir a um diretor as funções de relações com investidores, funções essas que poderão ser exercidas cumulativamente com outras funções executivas. Ao diretor designado para as funções de relações com investidores, competirá prestar informações aos investidores, à CVM - Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores em que a sociedade tenha seus valores mobiliários negociados, nos termos da legislação pertinente.

Art. 13 – Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, que além de seu voto, terá o de desempate; e
- b) Acompanhar e orientar a execução das medidas que o Conselho de Administração recomendar ou determinar à Diretoria.

Art. 14 – Em caso de impedimento de qualquer membro do Conselho de Administração, e não havendo suplente, os remanescentes designarão um substituto temporário, que exercerá as funções até a primeira Assembléia Geral, na qual se elegerá o novo membro pelo tempo que faltava ao substituído

§ único – Ocorrendo o impedimento de mais de 1 (um) membro, e não havendo suplente,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

imediatamente convocar-se-á a Assembléia Geral que deverá eleger os substitutos pelo tempo que faltar aos substituídos.

Art. 15 – Compete a um dos Conselheiros secretariar as reuniões do Conselho, minutando as atas para serem lavradas no livro de "Atas das Reuniões do Conselho de Administração".

Art.16 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia que os eleger, compondo-se de honorários mensais fixos e da participação nos lucros que for estipulada pela Assembléia que aprovar as contas do exercício, observados os limites legais.

Seção II – Diretoria Executiva

Art. 17 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 07 (sete) Diretores, um dos quais Diretor Presidente e os demais sem designação específica, brasileiros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos com mandato de 3 (três) anos pelo Conselho de Administração, que poderá destituí-los a qualquer tempo, permitida a reeleição.

§ Único - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar o substituto. O mandato do substituto expirará com o dos demais diretores.

Art. 18 – Compete à Diretoria a representação da Companhia perante terceiros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da sociedade e a gestão dos negócios sociais, observadas a competência e as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º – Além das atribuições e poderes definidos em Lei e mencionados neste Estatuto, pode ainda a Diretoria, pela assinatura de um dos Diretores, sempre em conjunto com o Diretor Presidente, no exercício de suas funções e, tendo em vista o interesse da Companhia, praticar os seguintes atos: assinar propostas de abertura de contas bancárias e movimentá-las, emitir e endossar cheques e documentos de crédito-DOC para transferência de valores das contas bancárias da empresa, firmar empréstimos que envolvam contratos com garantia hipotecária, penhor, fiança, alienação de imóveis, emissão de notas promissórias, constituir procuradores e advogados.

§ 2º - A Companhia poderá também ser representada por um ou mais procuradores.

§ 3º - As procurações outorgadas pela Companhia, especificarão os poderes concedidos e o prazo de vigência do mandato.

Art. 19 – Compete ao Diretor Presidente:

- a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, onde além de seu voto terá o de desempate; e
- b) Fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas ou determinadas pelo Conselho de Administração, mantendo permanente coordenação entre os dois órgãos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Art. 20 – Compete aos demais Diretores exercer as atribuições específicas fixadas pelo Conselho de Administração, que em regimento interno, disporá sobre as atribuições que serão exercidas, em conjunto, pela Diretoria.

Art. 21 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, e suas resoluções ou decisões serão tomadas por maioria de votos, observado o *quorum* de instalação de metade dos Diretores eleitos. As deliberações constarão de ata que serão lavradas no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria".

Art. 22 - A Assembléia Geral que eleger o Conselho de Administração fixará os honorários mensais dos Diretores. Receberão eles, ainda, a participação nos lucros de acordo com a lei.

Seção III - Normas Comuns aos Administradores

Art. 23 - Os Conselheiros de Administração e os Diretores Executivos serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme o caso.

Art. 24 - O prazo de gestão do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

Art. 25 - Até o máximo de 1/3 (um terço), os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para cargos da Diretoria, que os exercerão cumulativamente.

CAPÍTULO V

Conselho Fiscal

Art. 26 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º - Somente poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador ou de Conselheiro Fiscal.

§ 2º - Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, membros de órgão da administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente até o terceiro grau, de administrador da Companhia.

§ 3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a um décimo do que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação nos lucros.

Art. 27 - O Conselho Fiscal terá a competência prevista na lei.

CAPÍTULO VI

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício Social

Art. 28 - O exercício social coincide com o ano civil. Ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia e observadas as prescrições legais, o Balanço Patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a do resultado do exercício e a das origens e aplicações de recursos.

Art. 29 - Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a participação proposta para os administradores nos lucros do exercício, nessa ordem o lucro líquido que remanescer terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos, ressalvadas as vantagens das ações preferenciais e compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declaradas no exercício;
- c) O restante, para dividendos, fundos ou reservas, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembléia Geral.

§ **Único** - A participação dos administradores nos lucros do exercício só será atribuída se assegurado o pagamento do dividendo obrigatório a que se refere a letra "b" deste artigo.

Art. 30 - O Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, poderá declarar dividendos intermediários, com base em balanço semestral ou de períodos menores, ou a conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço.

Art. 31 - Os dividendos e as bonificações em dinheiro deverão ser pagos aos acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da ata, em que foram declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§ **Único** - Prescrevem a favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

CAPÍTULO VII

DO REEMBOLSO

Art. 32 – O reembolso é a operação, pela qual, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembléia geral o valor de suas ações, nos casos previstos em lei.

Art. 33 – A determinação do valor de reembolso será estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado mediante avaliação.

Art. 34 – Na avaliação da ação, para efeito de reembolso, o valor será determinado por três peritos ou empresa especializada, mediante laudo com observância do § 4º, do art. 45, do citado diploma legal.

CAPÍTULO VIII

Dissolução, Liquidação e Extinção

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Art. 35 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei.

§ Único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, a Assembléia Geral determinará o modo da liquidação e elegerá o Conselho Fiscal que deve funcionar durante o seu processamento.//
 //

- Alteração do *caput* do artigo 17 do Estatuto Social, AGE realizada em 28/04/2006, publicada no “Minas Gerais” de 24/05/2006.

- Alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, AGE realizada em 30/04/2012, publicada no “Minas Gerais” de 25/05/2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

ANEXO V.I

Artigo 11º-II da Instrução CVM 481/09

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89
NIRE 3130004221-9

ANEXO V.I**ARTIGO 11, II, DA INSTRUÇÃO CVM 481/09*****Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social***

Artigo	Redação atual	Nova redação	Justificativa
5º	O capital social subscrito e integralizado é de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), dividido em 39.299.130 (trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.041.111 (trinta e oito milhões, quarenta e uma mil, cento e onze) ações ordinárias, 1.256.792 (um milhão, duzentas e cinquenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, e 1.227 (um mil, duzentas e vinte e sete) ações preferenciais classe “D”.	<i>O capital social subscrito e integralizado é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), dividido em 39.299.130 (trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.041.111 (trinta e oito milhões, quarenta e uma mil, cento e onze) ações ordinárias, 1.256.792 (um milhão, duzentas e cinquenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, e 1.227 (um mil, duzentas e vinte e sete) ações preferenciais classe “D”.</i>	A Administração da Companhia propõe o aumento do capital social de R\$125.000.000,00 para R\$150.000.000,00, mediante a capitalização de R\$25.000.000,00 de parte da Reserva de Retenção de Lucros, nos termos de que dispõe o artigo 199 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, sem a emissão de novas ações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

ANEXO V.II

Anexo 14 da Instrução CVM 481/09

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
ANEXO 14 DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009**AUMENTO DE CAPITAL***1. Informar valor do aumento e do novo capital social*

Valor do aumento do capital social: R\$25.000.000,00

Valor do novo capital social: R\$150.000.000,00

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O aumento do capital social será realizado mediante capitalização da Reserva de Retenção de Lucros.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Em atendimento ao artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. O aumento do capital social deve-se ao fato de que o valor das Reservas de Lucros excedeu o valor do capital social.

Não há consequências jurídicas e econômicas.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Não aplicável.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não aplicável.

*6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas**a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas*

A proposta de aumento do capital social mediante capitalização da Reserva de Retenção de Lucros não mudará o valor das ações, uma vez que as ações da Companhia não possuem valor nominal. O referido aumento será sem emissão de novas ações.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

A proposta de aumento do Capital Social mediante capitalização da Reserva de Retenção de Lucros será sem modificação do número de ações.

c. Em caso de distribuição de novas ações

Não aplicável.

d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não aplicável. Não haverá emissão de novas ações.

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89 – NIRE nº 3130004221-9
Companhia Aberta

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da Companhia Tecidos Santanense, convidados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas, cumulativamente, no dia 30 (trinta) de abril de 2014, às 09:00 (nove) horas, na sede da Companhia, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, à Avenida Osmane Barbosa, 1235, Bairro JK, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I - Em Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; b) Ratificar a distribuição de dividendos intermediários ocorrida em dezembro 2013; c) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; e d) Eleger os membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos administradores.

II - Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Proposta de aumento do Capital Social, de R\$125.000.000,00 para R\$150.000.000,00, mediante capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros, sem emissão de ações; e b) Alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, em função do aumento do Capital Social.

Informações Gerais:

Em atendimentos ao disposto na Instrução CVM nº 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26.06.98, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração.

Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores para participarem das Assembleias deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.

Para maiores informações sobre as matérias a serem tratadas nas Assembleias, acesse o site da Companhia: www.santanense.com.br

Montes Claros-MG, 11 de abril de 2014.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE**

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2013, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros-MG, 24 de fevereiro de 2014.

COMPANHIA TECIDOS SANTANESE

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
*Diretor e de Relações com
Investidores*

Clóvis Gonçalves de Sousa Júnior
Diretor

Marcus Murilo Maciel
Diretor

Rogério Nogueira Gonçalves
Diretor

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros-MG, 24 de fevereiro de 2014.

COMPANHIA TECIDOS SANTANESE

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
***Diretor e de Relações com
Investidores***

Clóvis Gonçalves de Sousa Júnior
Diretor

Marcus Murilo Maciel
Diretor

Rogério Nogueira Gonçalves
Diretor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
COMPANIA TECIDOS SANTANENSE**Membros do Conselho de Administração**

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA - Presidente
ADELMO PÉRCOPE GONÇALVES– Vice-Presidente
MARIZA CAMPOS GOMES DA SILVA
MARIA DA GRAÇA CAMPOS GOMES DA SILVA
PATRÍCIA CAMPOS GOMES DA SILVA
MARIA CRISTINA GOMES DA SILVA
LUIZ DE PAULA FERREIRA
MAURÍCIO PÉRCOPE GONÇALVES
DÉCIO GONÇALVES MOREIRA

Membros da Diretoria Executiva

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA - Presidente
CLÓVIS GONÇALVES DE SOUSA JÚNIOR
JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM – Diretor e de Relações com Investidores
ROGÉRIO NOGUEIRA GONÇALVES
MARCUS MURILO MACIEL

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS*****a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR*****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis***2013

No exercício de 2013 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2012

No exercício de 2012 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2011

No exercício de 2011 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2013: No exercício de 2013 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2012: No exercício de 2012 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2011: No exercício de 2011 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 enfatiza, conforme descrito na nota explicativa 2.1, que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável nas demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA CONTROLADORA E SUAS CONTROLADAS

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como "Outras, líquidas".

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de "Empréstimos e recebíveis" e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(f) Investimentos--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS*****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las***

A Administração da Companhia acredita que o sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas pela área de controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nos relatórios emitidos nos últimos exercícios não foram identificadas falhas que pudessem colocar em risco a efetividade dos controles internos da Companhia e a continuidade dos seus negócios.

A Companhia não recebeu os comentários auditoria independente sobre os controles internos para 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS*****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Não houve oferta pública de ações da Companhia no período de 2011 a 2013.

b. Desvios relevantes entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR**

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não possui "off-balance sheet items".

- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8**

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.